



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

A língua portuguesa falada em Angola, Brasil e Moçambique se caracteriza linguisticamente pela passagem por um processo de formação de novas variantes e variedades devido à sua complexa história, seu contato com outras línguas e sua aquisição como língua segunda (L2) por falantes não nativos. Nos processos de variação e de mudança linguísticas há-necessidade de criação de um programa claro e definido de política linguística com o fim de descrever e codificar as novas características linguísticas assim como lidar com as ideologias e crenças de linguagem. Nenhum programa rigoroso existe nesses países e o resultado é o preconceito e discriminação linguística; as mudanças naturais das línguas produzidas pelos falantes nativos são consideradas erradamente como aberrações da linguagem e são altamente estigmatizadas. Nesses países, essas formas não padronizadas são faladas pela maioria da população que tem o português como língua do cotidiana e o preconceito linguístico que enfrentam pode resultar em problemas de instrução na língua padrão, no envolvimento de indivíduos com o sistema educacional e com a classe dirigente e, no caso de Moçambique e Angola, a aceitação nacional da língua. Esses fatores acabam tendo efeitos negativos no desenvolvimento social e econômico dos países. No ranking de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2016 (Sachs, Schmidt-Traub, Kroll, Durand-Delacre, & Teksoz, 2016) todas as nações modernas do antigo império português, com exceção de Portugal (24/187), estão classificadas em baixas posições. Políticas linguísticas malsucedidas foram identificadas (Spolsky 2018) como razões para o baixo nível de desenvolvimento nesses países, já que problemas econômicos e políticos impediram que eles prestassem a devida atenção à situação linguística.

No contexto africano, o papel das línguas africanas deve desempenhar um papel central em qualquer teorização das políticas linguísticas, especialmente na educação, já que o português é falado apenas como primeira língua por 40% da população de Angola (ethnologue) e 10,7% da população em Moçambique (Gonçalves 2015: 9) apesar de o Português ser a língua de ensino em todos os níveis dos sistemas educativos. De facto, embora tenha havido avanços



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

na introdução de programas de educação bilíngüe em algumas áreas de ambos os países (Manuel, 2015), existem altos níveis de taxas de analfabetismo em ambos os países (54,2% em Moçambique (2005-2010) e 58,3% em Angola (Malik, 2013, p. 173-179). Timbane (2015: 100) chama a atenção para as taxas de abandono escolar em Moçambique, que nas regiões em que o português não é falado pode atingir níveis de 64,6%. Uma política linguística inadequada é mais uma vez identificada (idem) como um dos principais contribuintes tanto nas taxas de evasão escolar quanto nas taxas de analfabetismo. A língua usada para ensinar crianças não é uma língua nativa delas. De fato, na África há um debate acadêmico e político em curso sobre a falta de avanço socioeconômico que é um produto da diversidade linguística e o uso de línguas ex-coloniais como línguas oficiais ou ainda, o avanço econômico e a construção de uma identidade nacional podem ser alcançadas através de uma política linguística que, em vez de depender de preconceitos linguísticos, seja sensível aos papéis simbólicos e comunicativos desempenhados pelas diferentes línguas e procura evidenciar os valores sentimentais e instrumentais associados às diferentes línguas (Firmino, 2015).

O Português, no entanto, continua sendo a única língua oficial de Angola e de Moçambique, a principal língua da educação, da política e da administração e a língua que é importante para o emprego e sucesso econômico (Gonçalves, 2001). No entanto, o modelo desta língua oficial baseia-se na norma portuguesa e não na forma como a língua é utilizada nos respectivos países, o que coloca uma série de problemas sociais no desenvolvimento, especialmente no contexto da educação, já que os professores não só têm de ensinar o padrão europeu para os estudantes de L2, mas-também têm que ensinar uma variedade de português que podem não dominar completamente e que não é nativa para muitos falantes (Robate, 2006). Desse modo, a situação é comparável ao Brasil, já que o sistema educacional ensina uma variedade da língua que é estranha à maioria dos estudantes (Perini 2003) e a falta de consciência ou política em relação ao preconceito lingüístico foi identificada como um possível



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

problema de desenvolvimento, contribuindo talvez-para as taxas de abandono escolar (O'Neill & Massini-Cagliari, 2019).

Este evento, focado no mundo lusófono, é um evento satélite de um workshop sobre Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento - para detalhes sobre o programa em inglês veja <https://preconceitolingustico.group.shef.ac.uk/132-2/>



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Versão em Inglês

The Portuguese language spoken natively in Angola, Brazil, Cape Verde, East Timor and Mozambique can be characterised linguistically as undergoing a process of new dialect formation due to its complex history, its contact with other languages and its L2 acquisition by non-native speakers. In such processes of change, there is a need for a clear and defined language management programme in order to describe and codify the new linguistic features and to deal with language ideologies and beliefs. No such rigorous programmes exist in these countries and the result can be linguistic prejudice and discrimination; the linguistically natural changes produced by native speakers can be considered to be aberrations of the language and are highly stigmatized. In these countries such non-standard forms are spoken by the overwhelming majority of the population who have Portuguese as their daily language and the linguistic prejudice they face results in problems for instruction in the standard language, the engagement of individuals with the education system and the establishment, and, in the case of Mozambique and Angola, the national acceptance of the language. These factors ultimately have negative effects on the social and economic development of the countries. In the Sustainable Development Goals rankings for 2016 (Sachs , Schmidt-Traub, Kroll, Durand- Delacre, & Teksoz, 2016) all the modern nations of the former Portuguese empire, with the exception of Portugal (24th/187) are ranked in low positions. Unsuccessful language policies have been identified (Spolsky 2018) as contributing to the low level of development in these countries since economic and political problems have prevented them from paying due attention to the language situation.



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Within the African context, the role of African languages must play a central role in any theorizing on language policies, especially in education, since Portuguese is only spoken as a first language by 40% of the population in Angola (ethnologue) and 10.7% of the population in Mozambique (Gonçalves 2015:9) despite it being the language of instruction at all levels in the education system. Indeed, although there have been advances in the introduction of bilingual education programmes in some areas of both countries (Manuel, 2015), there exist high levels of illiteracy rates in both countries (54.2% in Mozambique (2005-2010) and 58.3% in Angola (Malik, 2013, p. 173-179)). Timbane (2015:100) draws attention to the school drop-out rates in Mozambique, which in regions in which Portuguese is not spoken can reach levels of 64.6%. An inadequate language policy is once again identified (idem) as a major contributor in both school drop-out rates and rates of illiteracy. The language used to teach children is not a language that is native to them.

There is an ongoing academic and political debate around whether in Africa the lack of socio-economic advancement is a product of linguistic diversity and/or the use of ex-colonial languages as the official language or whether economic advancement and the construction of a national identity can be achieved through a language policy which, instead of relying on linguistic prejudices, is sensitive to the symbolic and communicative roles played by different languages in a community and seeks to enhance the sentimental and instrumental values attached to different languages (Firmino , 2015).

Portuguese remains the sole official language of both Angola and Mozambique, the main language of instruction, politics and administration, the language spoken in all



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

territories of the country (spoken by 60% of Angolans and 50% of Mozambicans), and the language which is important for employment and economic success (Gonçalves, 2001). However, the model of this official language is based on the Portuguese standard, and not how the language is spoken in the respective countries, which poses a number of social and developmental problems, especially in the context of education since teachers not only have to teach the European standard to L2 students but they also have to teach a variety of Portuguese which they may not completely dominate themselves and which is foreign to native speakers of the language (Robate , 2006). In this way the situation is comparable to Brazil since the education system teaches a variety of the language which is foreign to most students (Perini 2003) and the lack of consciousness of or policy towards linguistic prejudice has been identified as a possible developmental problem which could be contributing to school drop-out rates (O'Neill & Massini-Cagliari, 2019).

As always, the debates about languages and language varieties are related to questions about power and it is no coincidence that those languages/varieties which are most discriminated against tend to be spoken by the less wealthy in society; linguistic prejudice is intimately linked with and used as a proxy for other social inequalities involved with race, ethnicity, wealth and social class.

The workshop seeks to bring scholars together to discuss the forms of Portuguese spoken in these countries and how the language is taught there and the respective language policies towards, not only Portuguese, but also the other languages spoken in these territories.



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Note that this event, focussing on the Lusophone world, is a satellite event of a larger workshop on the topic of *Language, Prejudice, Social Exclusion and Development*- for full details of the entire programme see <https://preconceitolingustico.group.shef.ac.uk/132-2/>

References

- Firmino, Gregório. 2015. 'Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística em Moçambique', *Revista científica da Univesidade Eduardo Mondlane*, 1: 118-29.
- Gonçalves, Perpétua. 2015. 'Aspetos morfossintáticos da gramática do português de moçambique: a concordância nominal e verbal', *Cuadernos de la ALFAL*, 7: 9-16.
- Gonçalves, Perpétua. 2010. *A génese do português de Moçambique* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa).
- O'Neill, Paul, and Gladis Massini-Cagliari. 2019. 'Linguistic Prejudice and Discrimination in Brazilian Portuguese and beyond: Suggestions and Recommendations', *Language and Discrimination*.
- Perini, Mário 2003. *Sofrendo a Gramática*. (Ática: São Paulo).
- Robate, Simão Artur (2006). S. Paulo: (s.n), 2006. . 2006. 'Currículo de Formação de Professores Primários na disciplina de Língua Portuguesa em Moçambique: Um Repensar de Seus Fundamentos Teóricos', Universidade Metodista de Piracicaba.
- Sachs, J., G. Schmidt-Traub, C. Kroll, D Durand-Delacre, and K Teksoz. 2016. *An SDG index and dashboards – global report*. (Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN). New York).
- Spolsky, Bernard. 2018. 'Language policy in Portuguese colonies and successor states', *Current Issues in Language Planning*, 19: 62-97.
- Stroud, Christopher, and Perpétua Gonçalves. 1997. *Panorama do português oral de maputo. Vol. 1. Objectivos e metodos* (Eduardo Mondlane University Press: Maputo).
- Timbane, Alexandre António 2015. 'A complexidade do ensino em contexto multilingue em Moçambique: políticas, problemas e soluções', *Calidoscópico*, 13: 92-103.

Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Programme

Venue – Jessop Building 117 (registration and lunches in Jessop West foyer)

10.00-10.30	REGISTRATION
10.30-11.15	Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono <i>INTRODUCTORY REMARKS – Paul O’Neill (Univeristy of Sheffield)</i>
11.15-12.00	Educação para a cidadania no Moçambique pós-colonial <i>Feliciano Salvador Chimbutane</i> <i>(Universidade Eduardo Mondlane, Mozambique)</i>
12.00-12.45	A influencia da política linguística nas desigualdades sociais em moçambique : opressão, exclusão e preconceito linguístico <i>Alexandre António Timbane</i> <i>(Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Malês, Brazil)</i>
12.45-13.30	Construindo uma linguagem comum: colaboração portuguesa, brasileira e timorense na reintrodução do português em Timor-Leste <i>Alan Carneiro</i> <i>(Universidade Federal de São Paulo)</i>
13.30-14.30	LUNCH
14.30-15.15	Elementos da norma do Português culto de Angola: Fonologia, Sintaxe e Vocabulário. Estudos feitos através de análise de corpus Márcio Edu da Silva Undolo, Professor Associado da Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola e PhD pela Universidade de Évora
15.15-16.00	Language and education in post-colonial settings: Reflections on mother tongue education initiatives in Cape Verde <i>Nicola Bermingham</i> <i>(University of Liverpool)</i>
16.00-16.45	Diversidade linguística e ensino de Língua Portuguesa: tensões e possibilidades <i>Gilcinei Carvalho</i> <i>(Univesidade Federal de Minas Gerais, Brazil)</i>
16.45-17.30	TBC
17.30-18.30	WINE RECEPTION (TBC)
18.30	CONFERENCE MEAL



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Resumo das comunicações

Language and education in post-colonial settings: reflections on mother tongue education initiatives in Cape Verde

Dr Nicola Bermingham,

This paper focuses on the use of language in the education system of Cape Verde. Portuguese is the only official language of Cape Verde, and almost all teaching materials in Cape Verdean schools are in Portuguese. However, virtually all of the population speak Cape Verdean Creole (Kriolu) in daily life. This paper draws upon discourse analysis to explore the ways in which language underpins disparities in educational outcomes in Cape Verde. It examines language and educational discourses produced in relation to a recent bilingual initiative to introduce Kriolu alongside Portuguese as a medium of instruction in two primary schools. The initiative began in the 2013-14 school year, and was supposed to last from first to sixth year of primary, completing the full educational cycle. However, following the change of government in 2016, the local education council have been inconsistent in their support for the initiative, leading to its temporary suspension on several occasions. In September of 2018, the research team conducted semi-structured interviews with teachers and other agents (politicians, educational administrators, activists) involved in this initiative. While interviewees expressed a variety of political, educational and linguistic arguments about the initiative, there did not seem to be a clearly articulated explanation as to why the programme was suspended. The analysis of the various discourses deployed in justifying both the initiative and its suspension reveals how the long-engrained monolingual habitus of the education system stands at odds with the linguistic diversity of the society which it serves (Piller 2016), leading to processes of ‘decapitalisation’ (Martín Rojo 2010) whereby students’ linguistic repertoire is not valued within the education system, and linguistic ability is conflated with academic ability.

Martín Rojo, L., 2010. Critical sociolinguistic ethnography in schools. In L. Martín Rojo, ed. *Constructing Inequality in Multilingual Classrooms*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Piller, I., 2016. *Linguistic Diversity and Social Justice: An Introduction to Applied Sociolinguistics*, Oxford University Press.



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

Construindo uma linguagem comum: colaboração portuguesa, brasileira e timorense na reintrodução do português em Timor-Leste

Alan Carneiro

The final decolonization of Timor-Leste, in 2002, happened during an era characterized by intensification of globalization processes and, as a result, the reconstruction of the country involved diverse types of multi-lateral and bi-lateral cooperation. The cooperation projects of Portugal and Brazil took on the main role in the development of local language-in-education policies contributing, for example, to the construction of the legal framework for education, the national curriculum and the training of teachers (Barbeiro et al, 2010; Spagnolo, 2011a, 2011b e 2011c) . The first objective of this talk is to present an analytic account of the trajectory of the Portuguese and the Brazilian cooperation initiatives in Timor-Leste in the field of teacher training. The second objective is to analyse the positionings of social actors who had an involvement in one project, in relation to the processes involved in language policy implementation since Independence. The data to be analysed in detail in this talk are from narrative interviews, conducted during fieldwork in Timor-Leste in 2012. The focus of my analysis is on the interviewees' lived experiences and the ways in which they indexed the multiple language ideologies circulating in this context that shaped the process of reintroducing the Portuguese language in the country (Carneiro, 2014, 2015). The interviewees' accounts brought to the fore different ways of accommodating tensions and constructing consent in the construction of language-in-education policies in post-colonial contexts such as this one (Canagarajah, 2005), reminding us of the importance of looking, in close detail, at the constant negotiation and recasting of priorities even among social actors aligned in the same politically hegemonic field (Heller, 2003).

Barbeiro, L. F., Ferreira, J. B., Barreto, M. A., Silva, P. & Eugênio. T. (2010). *Relatório de Avaliação do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em Timor-Leste 2003–2009*. Lisboa: IPAD/ESECS-IPL.

Canagarajah, A. S. (2005). Accommodating tensions in language-in-education policies: An afterword. In A. Lin & P. Martin (Eds.) *Decolonization, Globalization: Language-in-Education Policy and Practice* (pp. 194-201). Bristol: Multilingual Matters

Carneiro, A. S. R. (2014). *Políticas linguísticas e identidades sociais em trânsito: língua(gem) e construção da diferença em Timor-Leste*. (Unpublished Doctoral Thesis). UNICAMP, Campinas, Brazil.

Carneiro, A. S. R. (2015). Conflicts around the (de-)construction of legitimate language(s): The situation of Portuguese in the multilingual context of East Timor. In L. P. Moita-Lopes (Ed.) *Global Portuguese, Linguistic Ideologies in Late Modernity* (pp. 204-221). Oxon, New York: Routledge.

Heller, M. (2003). Actors and discourses in the construction of hegemony, *Pragmatics*. 13 (1), 11-31.

Spagnolo, F. (2011a). Cooperação educacional Brasil/Timor-Leste: O programa da Capes/MEC: Qualificação de Docente e Ensino da Língua Portuguesa. A Fase Pioneira (2005-2006). In M. A. Santos (Ed.). *Experiências de Professores em Timor-Leste: cooperação internacional e educação timorense* (pp. 11-82). Florianópolis: Editora da UDESC.

Spagnolo, F. (2011b). Conflito armado em Timor-Leste: O impacto da crise na Cooperação brasileira da Capes (maio-agosto 2006) In M. A. Santos (Ed.). *Experiências de Professores em Timor-Leste: cooperação internacional e educação timorense*. (pp.83-126) Florianópolis: Editora da UDESC.

Spagnolo, F. (2011c). Qualificação de docente e ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste: Novo Formato da Segunda Edição do Programa (janeiro 2007 – junho 2008). In M. A. Santos (Ed.). *Experiências de Professores em Timor-Leste: cooperação internacional e educação timorense*. (pp.127-173). Florianópolis: Editora da UDESC

Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

**A INFLUENCIA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA NAS DESIGUALDADES SOCIAIS EM
MOÇAMBIQUE : OPRESSÃO, EXCLUSÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Alexandre António Timbane

O português é a língua oficial na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa sendo a língua da educação e do funcionalismo público. Ela é a língua materna para a maioria dos portugueses e brasileiros e língua da minoria nos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)¹ e de Timor Leste onde o português tem o estatuto de segunda ou terceira língua. A falta de políticas linguísticas e públicas nos PALOP provoca preconceito linguístico, desvalorização das línguas autóctones e redução do número dos seus falantes. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, Art.8) “todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.” O mesmo documento no art.9, estabelece que “todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.” Estes dois artigos se fossem respeitados pela classe política os problemas linguísticos já teriam sido resolvidos. Dados do Recenseamento (2017) sinalizam a tendência negativa das línguas autóctones moçambicanas. A comunicação visa discutir a política e o planeamento linguístico de Moçambique sob perspectiva crítica, apresentar as consequências da noção de ‘norma’ no ensino e na vida social e explicar a importância do estabelecimento de políticas públicas que promovem as igualdades sociais em Moçambique. A comunicação resulta de pesquisas científicas que resultaram na publicação de artigos, capítulos e livros.

A maioria da mídia (imprensa, televisiva, radiofônica e digital) pública e privada é feita em português e em muitos casos sem numa programação ou publicação especial em línguas locais. Observa-se que as línguas autóctones (línguas do grupo bantu) localizam-se geograficamente nas áreas rurais e o português (língua oficial) nas zonas urbanas. O português foi se tornando o principal meio de comunicação tanto em situações institucionais como em interações cotidianas nos centros urbanos, pelas ruas, mercados etc. A valorização do português e o preconceito linguístico segregam e excluem quem “não conhece” a norma-padrão. Timbane e Rezende (2016) discutem que a língua pode-se tornar um instrumento opressor e por vezes libertador no contexto lusófono, dependendo da perspectiva. Quantos sonhos a “norma-padrão” frustrou aos jovens que tentavam fazer exame de Admissão ao ensino superior? Quantas portas já se fecharam para quem não fala bem português? O debate de Timbane e Rezende (idem) nos parece justo quando o cidadão é obrigado a usar uma ‘norma’ que na prática é usada em circunstâncias bem precisas do cotidiano. Neste contexto, “conhecer português” é dominar a ‘norma-padrão’ tal como a gramática normativa instrui. Para os PALOP, o preconceito é mais profundo ainda uma vez que o sotaque é incluso como requisito para quem deseja falar um “bom português”. Essa ideia é negativa porque jamais houve algum acordo de fala, de pronúncia de palavras do português. O Acordo Ortográfico sim, ela existe, rege a grafia das palavras, é uma lei tal como se pode ver em RTP (2012). O mais comum nos PALOP é a imitação do sotaque da variedade europeia do português. Exemplos desse tipo podem ser observados na fala de jornalistas, apresentadores de programas de televisão, políticos, artistas e outros influentes que para além da norma-padrão procuram aproximar-se do português.

A língua constitui um patrimônio cultural de todos os povos do mundo. Não interessa o grau de escolaridade dos falantes, do grau de civilização, nem das crenças e culturas praticadas. Cada língua ou variedade² expressa a identidade dos seus falantes direta ou indiretamente. Desta forma, conhecer a língua do outro se torna interessante porque quem aprende, descobre como o outro é, ou melhor, como o ‘outro’ enxerga o mundo. Precisamos compreender que as línguas não são entidades estáticas. As línguas mudam à medida que a sociedade muda. Hoje ficam lembranças etimológicas de que este português proveio do latim vulgar. Mas hoje falamos português e não latim vulgar. Antes, se observou que esse latim variou e mudou com o tempo transformando-se

¹ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

² Inclui-se variedade porque no caso do português, cada variedade tem a sua cultura. Por isso mesmo o português do Brasil se diferencia do português moçambicano. Isso resulta dos contextos culturais em que os dois povos se encontram inseridos. As escolhas das palavras, os processos da integração dos empréstimos e os estrangeirismos, os sentidos das palavras dependem da forma como a cultura é interpretada em cada comunidade de fala. Entendamos por ‘comunidade de fala’ aquela que compartilha normas e atitudes sociais perante uma língua ou variedade linguística.



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono University of Sheffield, 26th June

no português. Essa transformação conheceu um processo lento, gradual e inexorável, processo de mudança linguística que afeta qualquer língua (Pagotto, 2005, p.32-33). No caso de Moçambique, enquanto a política linguística de Moçambique e o seu planeamento hesitam, o crescimento dos falantes de português como língua primeira e segunda aumenta. De 1980 (ano do 1º Recenseamento populacional de Moçambique) para 2017 houve um crescimento de falantes de português como L2 em 15.9%, enquanto que o número de falantes como L1 cresceu 15,3%. Esse dado ilustra como a progressão da língua oficial é eminente prejudicando as línguas autóctones. O português continua sendo língua dominante e hegemônica nas áreas urbanas, devido ao privilégio atribuído pela constituição da República de Moçambique.

A importância do estabelecimento políticas públicas e linguísticas favoráveis ao povo explica a apreensão levantada pela Declaração Africana sobre o Poder das políticas públicas e sociais na educação e Ensino dos Jovens e Adultos, pela Carta do Desenvolvimento para África e pela Declaração dos direitos linguísticos ratificados em 2006. O desenvolvimento local está associado, normalmente, às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (Castells e Borja 1996). Nesses aspectos verifica-se a falta de vontade política por parte do Governo no poder para promover a dinamização e transformação da realidade moçambicana.

Em decorrência de vários fatores, surgem ainda mais problemas que passamos a citar: A desarticulação de interesses existentes entre as comunidades locais e as estruturas do Estado na definição de políticas pública e linguísticas; Falta de estratégias de comunicação eficazes para a promoção de igualdade social; Problemas de organização social e de capital financeiro, humano e social das comunidades locais impedem a promoção da justiça social e multicultural; Diversos fatores atuando em combinação ou isoladamente impedem a promoção eficiente das políticas linguísticas no âmbito da justiça moçambicana. Neste contexto, torna-se necessário a elaboração das políticas públicas e linguísticas para estabelecer as formas de articulação das línguas locais de modo a encontrar possíveis soluções ou consenso na resolução dos problemas de desigualdades e justiça social. Desafios no combate às desigualdades sociais

As desigualdades sociais provocadas pelas limitações linguísticas são mais evidente em Moçambique. O plurilinguismo não deve constituir problema para os moçambicanos, mas sim uma solução. Mas essa solução só virá quando houver a valorização das diversas línguas africanas que são instrumentos de expressão da cultura e dos modos de ser e de estar do povo moçambicano. A presença das variedades do português na lusofonia sustenta a tese de que as línguas jamais cessarão de variar e de mudar. O que é urgente é preparar a nossa sociedade para que encare a variação como fenômeno normal e que cada variedade contribui para a formação e manutenção da língua. Temos apontado em algumas pesquisas que os dicionários impressos e digitais publicados nem chegam a ser 50% do léxico da língua portuguesa. O léxico do português é muito mais do que os brasileirismos que aparecem nos dicionários Houaiss ou Aurélio. Por exemplo: a palavra ônibus registrado no dicionário brasileiro tem outras variantes que não estão registradas no dicionário: machimbombo, autocarro, toca-toca, busão, coletivo, TPM, microlete, otoparro, etc. Sendo assim, precisamos observar como essa língua é hoje, descrevendo e analisando as variedades do português sem preconceito.

Referências

- Castells, Manuel and Borja, Jordi. (1996). "As cidades como atores políticos". *Novos Estudos*, São Paulo, 45.
- INE-Instituto Nacional de Estatística.(2019). Recenseamento geral da população e habitação, 2017. Maputo: INE.
- Pagotto, Emílio Gozze.(2005). Variedades do português no mundo e no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 57, n. 2, p. 29-30, abr./jun.
- RTP-Rádio e Televisão Portuguesa(2012). *Bom Português* . 03 de outubro 2012 (recém nascido ou recém-nascido). Lisboa, 2012.
- Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mQriOJqBptQ&list=PLv3Z18G7Cn5J5W7QixSD_GC2KO6-6-zTJ&index=21>.
- Acesso em: 18 mai.2019.
- Timbane, Alexandre António, Rezende, Meire Cristina Mendonça. (2016). A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. Cascavel, v.10, n.3, p.388-408.
- UNESCO. (1996).*Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996.



The
University
Of
Sheffield.



Língua, Preconceito, Exclusão Social e Desenvolvimento no Mundo Lusófono
University of Sheffield, 26th June

ELEMENTOS DA NORMA DO PORTUGUÊS CULTO DE ANGOLA FONOLOGIA,
SINTAXE E VOCABULÁRIO: ESTUDOS FEITOS ATRAVÉS DE ANÁLISE DE
CORPUS

*Márcio Undolo*³

A presente comunicação resulta de estudos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do projecto VAPA da ESP-Bengo – Instituição de Ensino Superior Pública em Angola, sobre a variedade do Português de Angola, na sua vertente culta, decorrente de realizações em contextos situacionais formais de comunicação. Parte-se da tese de que, em Angola, estaria provavelmente em construção uma norma específica, muito desfasada da do Português europeu, procurando demonstrar a existência de tal norma e identificar suas características relevantes nos diferentes domínios da língua, nomeadamente: fonológico, sintáctico e lexical. Testada esta tese, os resultados evidenciam que, pelo menos, em Angola, a par de uma tentativa de aproximação ao padrão europeu, existe uma norma realizada espontaneamente e bem aceite não somente por órgãos de comunicação social como também da Administração local do Estado, em actos oficiais. Assim se verifica, no país, ao contrário do que acontece em Portugal, um afastamento considerável entre a norma culta e a norma padrão, situação favorável a que, no futuro, se institucionalize a norma padrão da variedade angolana, à semelhança do que aconteceu no Brasil.

³ ¹Doutor em Linguística pela Universidade de Évora (Portugal), mestre em Ciências da Linguagem, opção Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal), licenciado em Ciências da Educação, opção Linguística/Português (Linguística Aplicada ao Ensino do Português) pela Universidade Agostinho Neto (Angola); Professor Associado da ULAN, em comissão de serviço na Escola Superior Pedagógica do Bengo – Região Académica I da República de Angola, onde desempenha a função de Director Geral-Adjunto para Área Científica; investigador do CIDEHUS da Universidade de Évora (Portugal) e do VAPA-OBEDES da ESP-Bengo; autor de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais indexadas, autor de artigos publicados em livros de actas de conferências, autor de três livros especializados... Contactos: e-mail: marindolo@yahoo.com.br | Telm. (+244) 923 735 579